
IMMANUEL WALLERSTEIN

State University of New York — Binghamton

Encontros: 1492 e Depois; Descobertas: 1992 e Antes (*)

41

Existem neste momento três ventos fortíssimos que vêm abalando as nossas estruturas geoculturais, fazendo-as evoluir: o "anti-estadismo", as identidades de grupo, e a ideologia da igualdade enquanto grande legitimadora das relações sociais. Nenhum deles é novo, mas desde 1492 que nenhum dos três foi, em ocasião alguma, tão forte como nos últimos 25 anos. De que se queixam as pessoas que exigem mais democracia? Queixam-se, como é óbvio, do facto

de outros terem mais poderes e mais privilégios do que elas. O que as forças conservadoras de todo o mundo mais temem é a democracia, precisamente porque esta implica, ainda e essencialmente, igualdade. Por outras palavras, as forças que o encontro de 1492 pôs em movimento levaram as suas contradições até ao ponto de deixarem o próprio sistema à beira da ruptura. É essa, afinal, a grande descoberta feita em 1992.

Há aproximadamente cinco séculos que a palavra descoberta tem sido usada para referir o que aconteceu em 1492. Encontros é uma palavra muito mais recente, com apenas uma ou duas décadas. Daí que uma maneira de se analisar a geocultura da economia-mundo capitalista seja traçando a trajectória que vai da descoberta ao encontro. Trata-se de uma trajectória cheia de contradições e de ambiguidades e que ainda não está concluída. De facto, nem sequer podemos estar seguros quanto ao traçado final que a curva irá ter.

O facto de actualmente insistirmos na necessidade de uma linguagem nova para o discurso público e o facto de tal mudança de linguagem deparar com uma resistência extremamente apaixonada trazem à evidência o quanto está em jogo na luta geocultural que presentemente se trava.

A criação do sistema histórico em que vivemos — ou seja, a economia-mundo capitalista — implicou naturalmente um

* Conferência proferida no Congresso "Discovery: Meanings, Legitimations, Critiques", no âmbito do Programa em Estudos Latino-Americanos e Ibéricos da Universidade de Wisconsin, em 25-26-27 de Setembro de 1992.

quadro geocultural em que se apoiou. Esse quadro tem vindo a ser amplamente objecto de análise nos últimos anos, pelo que se torna desnecessário passá-lo aqui de novo em revista. Ele envolveu, por um lado, certas pretensões de índole universalista — uma ciência positivista, uma ética de imperativos categóricos, um monoteísmo secularizado, a meritocracia e a livre circulação de tudo — e, por outro lado, pretensões de ordem particularista: o racismo eurocentrista e o concomitantes direito/dever de impor à periferia do sistema-mundo as formas universalistas que são intrínsecas do centro, bem como um sexismo cada vez mais acentuado.

Em 1992, a questão com que nos confrontamos não é, no entanto, a da trajectória que vai da descoberta ao encontro, uma vez que esse trilha já nós o percorremos. Há, sem dúvida, muita gente que não está ainda preparada para reconhecer a perversidade da perspectiva geocultural antiga. Mas esses são menos do que se poderia temer, além de que estão muito na defensiva. A estridência dos seus ataques é bem o sinal da fraqueza da posição em que se encontram. Ora, a questão com que nos confrontamos é, isso sim, a da trajectória que vai do encontro à descoberta, e daí o meu título: “Encontros: 1492 e Depois; Descobertas: 1992 e Antes”.

O que foi, afinal, o encontro? Primeiro que tudo, foi o encontro dos mais poderosos com os mais fracos. Se não tivesse sido assim, a economia-mundo capitalista nunca teria chegado a existir, a Europa nunca teria conquistado o mundo, e nós não teríamos hoje nada para discutir.

Ao dizer isto, nada adiantei acerca da razão pela qual a Europa, em sucessivos momentos específicos ao longo do tempo, foi suficientemente poderosa para se impor a outras partes do globo. Mas também não é minha intenção fazê-lo nesta comunicação, uma vez que o que eu gostaria de aqui abordar é a interpretação geocultural deste desequilíbrio de poderes.

Os que levaram a melhor seguiram o caminho mais óbvio, defendendo que o facto mesmo de se terem sagrado vencedores era a justa recompensa pelas suas superiores qualidades ou desempenho. Esta interpretação eminentemente interesseira assumiu toda uma variedade de versões, desde a rigidez de um argumento genético de tipo místico até à justificação — mais branda, mas nem por isso menos interesseira — de carácter cultural. A atitude dos vencedores para com os *untermensch* foi igualmente variável, desde negar-lhes a sua humanidade básica até afirmar que pos-

suíam almas necessitadas de salvação. Em qualquer dos casos, porém, os argumentos usados estiveram sempre imbuídos de um sentimento de superioridade moral. No fundamental, a atitude dos vencedores não mudou em nada desde 1492 até à década de 60 do nosso século. Se desde então para cá (quando o sentido da trajectória é da descoberta ao encontro) ela se apresenta com nuances, a principal explicação reside, não numa qualquer mudança espontânea de disposição, mas antes numa reacção ponderada às alterações ocorridas na correlação de forças dentro da economia-mundo capitalista. Em termos simples, pode dizer-se que os poderosos de ontem são menos poderosos hoje e, o que é mais importante, sentem que são menos poderosos. Daí que tenham mudado de refrão. Alguns tornaram-se apoloéticos ou até culturalmente rebeldes; outros, assumiram uma agressividade estridente, se bem que nervosa. Foi-se a autoconfiança desapareceu.

Mas e o reverso da medalha? Qual tem sido, geoculturalmente falando, a resposta dos mais fracos desde 1492 até agora? Essa é uma história de longe mais complexa do que a da resposta dada pelos mais fortes, e isso por uma razão muito simples: os mais fracos são mais fracos. Quando se é fraco, toda e qualquer resposta geocultural tem as suas limitações. É esse o preço de se ser mais fraco.

Nos anos 50, Sékou Touré, então um dos principais nacionalistas radicais de África, referiu-se ao "complexo do colonizado". Segundo Sékou Touré, a luta dos fracos nunca seria bem sucedida enquanto eles não superassem esse complexo. Mas em que consiste, afinal, esse complexo? Mais uma vez, ele advém muito simplesmente do facto de, num determinado momento histórico — que simbolicamente é o ano de 1492 —, os fracos terem sido mais fracos do que os fortes, o que permitiu que fossem vencidos, subjugados, pilhados e humilhados; depois o haverem sido ensinados e humilhados de novo; e mais tarde ainda, o terem sido semilibertados sem contudo serem libertados, acabando por ser humilhados mais uma vez.

Os mais fracos conheceram, historicamente falando, duas grandes linhas de defesa cultural: uma, foi a identificação com o opressor; a outra consistiu no distanciamento cultural relativamente ao opressor. Ambas funcionam, mas na verdade nenhuma delas funciona; tem sido este o grande dilema geocultural dos mais fracos.

A identificação com os fortes é um mecanismo antigo e assaz compreensível. Toda a criança procura ligar-se e identificar-se com quem toma conta dela. Tal atitude faz sentido por duas razões diferentes. Por um lado, a identificação é a via para minimizar a ira dos fortes, para os apaziguar, para os acalmar, e até mesmo para os usar, ainda que só até certo ponto. Por outro lado, ao identificar-se com os fortes, os fracos esperam poder aprender os segredos deles e vir, eles próprios, a tornar-se fortes. Por isso se identificam com eles. E é verdade que, de alguma forma, a identificação apazigua os fortes, assim como é verdade que ela ajuda os fracos a adquirir o seu saber, ou pelo menos parte dele.

Contudo, como muito bem sabem todos os grupos que seguíram esta via, a identificação não chega para acabar com a desigualdade, uma vez que os fortes não estão preparados para aceitar completamente os fracos, nem são detentores de todos os segredos do que é ter força. Em qualquer dos casos, na história da economia-mundo capitalista o caminho da libertação pela identificação atingiu repetidamente os seus limites, e os grupos fracos acabaram, um após outro, por dizer sempre a dada altura — "basta!" (1)

Muitas vezes, e dir-se-ia até que geralmente, eles tentaram a outra via, a da separação cultural. Foi, então, o seguinte o seu raciocínio: se somos fracos é apenas porque tanto eles como nós pensamos que somos ou que devemos ser fracos. Temos de acreditar em nós próprios, na nossa história, no nosso destino. No passado, antes de 1492, fomos muito fortes — mais fortes, de facto, do que aqueles que passaram a ser fortes depois de 1492. Para quem olha para a folha de balanço cultural, o aspecto é muito diferente consoante se abranjam com o olhar 5 a 10 mil anos de história ou uns escassos 500 anos.

Além disso, e tal como os fracos têm proclamado, não se trata apenas do facto de termos sido outrora fortes, mas também do facto de os actuais opressores serem opressores e de, por isso, serem moralmente fracos, porque moralmente estão errados. Os alegados ganhos da sua "civilização" foram-no apenas para uma minoria de pessoas, ao passo que, no sistema histórico vigente, a vasta maioria tem sido constituída por vencidos. A civilização capitalista não é civilizada!

(1) Assim no original (N.T.).

É evidente que em grande parte estes argumentos estão muito certos, no entanto eles também têm as suas limitações. Proclamar a força que se tem, acreditar em si mesmo, é um factor de enorme importância, mas que por si só não basta, mesmo numa luta geocultural. Em 1992, a realidade objectiva da economia-mundo capitalista diz-nos que, não obstante os vencedores estarem hoje mais fracos do que há cerca de 25 anos, eles ainda são muito fortes. Assim, a questão que se levanta é então a seguinte: será que o distanciamento cultural é um mecanismo suficientemente poderoso para derrubar o sistema? Por si só, é provável que não.

Sendo assim, onde é que nos encontramos hoje? O que é que nos é possível descobrir sobre os encontros passados, tomando como ponto de partida o ano de 1992? Existem neste momento três ventos penetrantes e muito fortes que sopram através das nossas mentalidades, abalando as nossas estruturas geoculturais e fazendo-as evoluir. Um, é o “anti-estadismo”. O segundo são as fortes identidades de grupo a que hoje se assiste. O terceiro é o persistente subtexto da igualdade enquanto grande legitimador das relações sociais. Nenhum deles é novo, mas desde 1492 que nenhum dos três foi, em ocasião alguma, tão forte como nos últimos 25 anos.

Desde 1492 que o Estado vem registando uma ascensão constante. Os Estados têm vindo a tornar-se cada vez mais fortes, não só como instituições, mas também como lugares de poder. Os instrumentos desse seu poder — o armamento, os sistemas de informação e os funcionários do aparelho burocrático — têm aumentado a um ritmo imparável, quer em quantidade, quer em eficiência. E isso significa que também eles se têm caracterizado por uma eficácia crescente, na medida em que os governos têm sido cada vez mais capazes de levar a cabo os seus intentos, sejam eles quais forem.

Claro que os governos nunca foram de todo onnipotentes, mesmo nos Estados ditos totalitários. Eles viram-se limitados, em parte, pela resistência popular, e mais ainda, pelos outros Estados, por sua vez organizados dentro do sistema inter-estados. Não obstante isso, a curva da força do Estado desde há muito que se encontra em ascensão. E mais ainda do que a curva do poder objectivo do Estado, o que tem vindo a subir é a curva das expectativas populares.

Toda a gente — à esquerda, à direita e ao centro — acreditou no Estado. A esquerda mundial encarou a obtenção do poder do Estado como a via para a transformação social. Quanto aos conservadores, desde o tempo da Revolução Francesa que viram o reforço do poder de Estado precisamente como um meio de travar as transformações sociais. E os maiores apologistas do Estado foram os liberais do centro, os quais, apesar da sua retórica contra o Estado, na prática encararam o reforço da máquina estatal como o caminho mais directo para a gestão racional das transformações sociais e, portanto, para a redução do alcance dessas mesmas transformações.

Nos países centrais do sistema-mundo foi o Estado liberal que triunfou. E foi esse Estado intervencionista, reformista e liberal que as zonas periféricas e semiperiféricas procuraram desesperadamente imitar enquanto via para o chamado desenvolvimento nacional e, conseqüentemente, para as bênçãos da prosperidade.

O porquê de este sonho ter dado para o torto é uma longa história, que eu não irei aqui repetir outra vez. O que é certo é que o sonho deu mesmo para o torto, e as revoluções de 1989, que foram a continuação das revoluções de 1968, não fizeram mais do que oficializar o facto. O mundo deixou de acreditar que um crescente poder do Estado pudesse produzir transformações significativas.

Afirmei recentemente que, de facto, o colapso dos comunismos não significava, de modo algum, o triunfo do liberalismo, mas antes o seu colapso. Toda a poeira que se levantou a propósito do mercado livre não é senão a manifestação superficial de uma profunda desilusão com o reformismo liberal. Isto, como é óbvio, é algo de incrivelmente desestabilizador para a economia-mundo capitalista, já que representa a maior ameaça de sempre para as estruturas desse mesmo sistema-mundo desde que foram estabelecidas em 1492.

Foi por volta de 1968 que, pela primeira vez na história do sistema-mundo moderno, a fé no Estado enquanto provedor racional de soluções começou a decair. Trata-se, evidentemente, de uma questão de grau. Ainda há por aí reformistas liberais. Encontramo-nos já, porém, do outro lado do cume, e nas décadas que temos pela frente iremos provavelmente assistir a algumas quedas ainda mais acentuadas e abruptas.

Esta diminuição de fé no Estado coloca um problema de segurança elementar, tema de que hoje em dia muito se ouve falar em todo o mundo. Quando se sentem muito inseguras, as pessoas podem exigir qualquer tipo de acção por parte do Estado, no entanto não acreditam realmente na eficácia dessa acção. Como alternativa, voltam-se para a auto-organização na única forma que resta disponível a partir do momento em que se vira as costas ao Estado: a organização em grupos. Os “grupos” são um conceito vago. Tudo pode constituir um grupo desde que os respectivos membros se pensem como tal. Não nos devemos, por isso, surpreender com a crescente variedade de grupos que constantemente se nos deparam à nossa percepção colectiva, nem com a dificuldade cada vez maior de chegar a um consenso sobre quais os tipos de grupo que possuem alguma legitimidade. Esse consenso não irá surgir nos próximos cento e cinquenta anos. Actualmente temos toda uma panóplia de grupos, que se definem, ora por fronteiras etno-nacionais e/ou linguísticas, ora pelo sexo, ora ainda pela religião ou pelas respectivas inclinações sexuais. A lista está em constante expansão.

Um mundo em que a identidade de grupo se torna um foco de atenção mas em que a fé no Estado tende a diminuir é um mundo em que as normas que regem os conflitos correm sério risco de entrar em colapso. Tudo indica que estamos a entrar num mundo de grande desordem e anarquia, bastante diferente dos bem orquestrados e sempre contidos conflitos de classe que nos foi dado conhecer nestes últimos 500 anos. Não se pode dizer que estejamos melhor ou pior, mas tão-só que se trata de uma realidade muito diferente. Há 200 anos, a revolta de *Tupac-Amaru* foi reprimida e substituída simbolicamente pelas revoluções de Bolívar. Hoje a bola está no campo contrário.

O terceiro vento é o da igualdade — não a igualdade como realidade efectiva (estamos incrivelmente longe disso), mas a igualdade enquanto legitimidade. Mas — perguntar-me-ão — não foi isso já que o movimento socialista mundial representou durante, pelo menos, os últimos 150 anos? Em teoria, sim, mas não na prática, e sobretudo a partir do momento em que os diversos tipos de movimentos socialistas chegaram ao poder.

O declínio da velha esquerda — nas suas variantes comunista, social-democrata, e da libertação nacional — deve-se em grande parte a este não reconhecimento da força

do impulso igualitário. A homenagem hipócrita prestada pelas forças de direita às virtudes da igualdade está bem patente na sua tentativa de reivindicar para si a palavra "democracia", termo que já há cerca de um século atrás simbolizava a rejeição radical do reformismo liberal, como de resto ainda hoje. De que se queixam as pessoas que exigem mais democracia? Queixam-se, como é óbvio, do facto de outros terem mais poderes e mais privilégios do que elas. O que as forças conservadoras de todo o mundo mais temem é a democracia, precisamente porque esta implica, ainda e essencialmente, igualdade.

É esta, afinal, a descoberta feita em 1992: que as forças que o encontro de 1492 pôs em movimento levaram as suas contradições até ao ponto de deixarem o próprio sistema perante um problema muito sério. Com efeito, este deixou de poder contar com essa almofada que era o grande optimismo relativamente ao reformismo liberal. As pessoas estão agora a afirmar o seu poder pela via da afirmação das suas identidades, e já não se mostram dispostas a aceitar para si outra coisa que não seja a igualdade.

A mistura que aqui se descreve é de molde a permitir a esperança, mas é também extremamente volátil. Todos nós somos membros de uma multiplicidade de grupos, e caso a identidade/conflito de grupo continue a ser a realidade central das nossas vidas, o resultado só poderá ser uma destruição mútua forçosamente amarga, dolorosa e sem sentido. Contudo, também não é possível "unirmo-nos de novo", como tantos têm propalado em assomos de boas intenções políticas, a menos que se verifique um avanço substancial em direcção a um mundo de igualdade.

O ter-se passado do encontro do poder e da dominação em 1492 à descoberta da necessidade de igualdade em 1992 é já um grande feito. Mas a descoberta da necessidade de igualdade é uma coisa, e outra coisa, ainda bem distante, será a sua construção. Pode ser que nunca lá cheguemos; pode ser que acabemos por cair numa longa desordem seguida por um novo 1492 e pela nova construção de uma ordem hierárquica. Só poderemos impedir que tal aconteça através de uma recuperação cuidadosa da nossa perspectiva histórica e mediante uma opção moral. ■